

Brasília - DF, 02 de março de 2026.

Ilmo. Sr.

Diretor Presidente

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - PRESERV

CNPJ n  04.813.860/0001-03

Relatório do Auditor Independente

Sobre o exercício financeiro do ano de 2024

Em conformidade com NBCTA 700

Ilmo. Sr.

Diretor Presidente

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - PRESERV

CNPJ n  04.813.860/0001-03

Opinião

Examinamos as Demonstra es Contábeis da **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - PRESERV** que são compostas pelo Balanço Patrimonial – **BP**; Balanço Financeiro – **BF**; Balanço Orçamentário – **BO**; Demonstra o do Fluxo de Caixa – **DFC**; a Demonstra o das Varia es Patrimoniais - **DVP** e as Notas Explicativas – **NEs** do período 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, assim como o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstra es Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - PRESERV** em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas opera es e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei n  4.320/64, a Lei 9717/98, Lei Complementar 101/00, portarias e Instru es Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, Resolu o CMN n  3790/2009, alterada pela Resolu o CMNS 3922/2010, os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e Portaria MPAS n  95/07, que alterou os anexos I, II, III e IV da Portaria 916/03 e em especial a NBC TSP n  11.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstra es Contábeis".

Somos independentes em rela o   Institui o, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas de acordo com essas normas.

Responsabilidade da Administra o pelas Demonstra es Contábeis

A administra o do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - PRESERV**   responsável pela elabora o e adequada apresenta o dessas Demonstra es Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elabora o de Demonstra es Contábeis livre de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elabora o das Demonstra es Contábeis, a administra o   responsável, pela avalia o da capacidade de a Institui o continuar operando, divulgando seus serviços e quando aplicável, reportar os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora o das Demonstra es Contábeis, a não ser que a administra o pretenda liquidar a Institui o ou cessar suas opera es, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera es.

Os responsáveis pela governança da Institui o são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora o das Demonstra es Contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstra es Contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstra es Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distor es relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável   um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distor es relevantes existentes.

As distor es podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econ micas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstra es Contábeis.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constata es significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declara o de que cumprimos com as exigências  ticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Brasília – DF, 06 de janeiro de 2024.



F bia Marques Braga

CRC: 013977/DF

METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S. CNPJ:
43.384.179/0001-30

CNAI-PJ: 000287

CRC: 003374

CVM: 013277



Reinaldo Santos Oliveira Júnior CRC: 006350/SE

METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S. CNPJ:
43.384.179/0001-30

CNAI-PJ: 000287

CRC: 003374

CVM: 013277



José Marcos Mota Bezerra Júnior.

CRC DF- 028585/O-8.

CNAI 9206

Ilmo. Sr.

Diretor Presidente

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exercício financeiro findo em 31/12/2024

Em conformidade com NBCTA 700

Ilmo. Sr.

Diretor Presidente

Apresentamos o presente relatório de auditoria contendo os procedimentos de auditoria realizados nos documentos recebidos do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais – PRESERV**, referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024.

Todo o trabalho foi realizado às luzes da legisla o vigente, Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS e Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – NBC’s, Normas Internacionais de Auditoria e especialmente, as NBC TA – de Auditoria Independente de Informa o Contábil Histórica emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Estes assuntos são abordados a título de esclarecimento e elucida o para aprecia o da Administra o e Governança do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais – PRESERV** como parte integrante do processo contínuo de atualiza o e melhoria dos procedimentos e controles já existentes.

Pontuamos também que as evidências de auditoria foram obtidas a partir dos testes de observância, testes substantivos e análises.

Informamos que o escopo de nosso trabalho são as informa es que fundamentam o Parecer de Auditoria das Demonstra es Contábeis relativo ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024.

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer a colabora o recebida do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais – PRESERV** durante toda a execu o de nossos trabalhos.

Colocando-nos   disposi o de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Base para Análise das Demonstra es contábeis

O **PRESERV – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais**, foi criado pela Lei N  2.403/2001 de 07 de novembro de 2001, substituiu o IMPAS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social, de quem recebeu o patrim nio constituído de ativos e passivos financeiros e bens móveis.

O **PRESERV**   uma autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público interno, e detentora de autonomia patrimonial, financeira e administrativa,   unidade gestora única do RPPS de Paracatu.

O **PRESERV** tem por finalidade administrar, gerenciar e operacionalizar o RPPS, incluindo a arrecada o, a gestão e a aplica o dos recursos e fundos previdenciários, o gerenciamento direto da concessão, do pagamento e da manuten o dos benefícios de aposentadoria e pensão concedidos.

As Demonstra es Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, **Lei n  4.320/64**, a **Lei 9717/98**, **Lei Complementar 101/00**, portarias e **Instru es Normativas** da Secretaria do Tesouro Nacional, **Resolu o CMN n  3790/2009**, alterada pela **Resolu o CMNS 3922/2010**, os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e **Portaria MPAS n  95/07**, que alterou os anexos I, II, III e IV da **Portaria 916/03** e em especial a **NBC TSP n  11**.

A normatiza o dos procedimentos contábeis aplicáveis às transa es e aos fatos contábeis relativos aos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores – RPPS devem ser elaborados de acordo com base na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quanto ao conteúdo específico de RPPS.

Assuntos de auditoria

Neste item do relatório, serão apresentados os principais assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das Demonstra es Contábeis do período corrente.

Os principais assuntos de auditoria são selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança conforme a **NBC TA 701** - Comunica o dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente.

Demonstra es Contábeis e Princípio da Comparabilidade

A administra o do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu – PRESERV** nos apresentou as Demonstra es Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial – BP, Balanço Financeiro – BF, Balanço Orçamentário – BO, Demonstra o do Fluxo de Caixa – DFC, Demonstra o das Varia es Patrimoniais – DVP e respectivas Notas Explicativas – NE, referentes ao período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Conforme registrado no relatório anterior, durante os trabalhos de auditoria então realizados, foi constatado que as demonstra es contábeis aplicadas ao setor público do **PRESERV** não apresentavam, de forma adequada, os saldos iniciais em compara o aos saldos finais dos exercícios, o que comprometia a aplica o do Princípio da Comparabilidade, conforme estabelecido na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público – **NBC TSP** Estrutura Conceitual.

No presente exercício, em atendimento às recomenda es formuladas pela auditoria, a administra o do **PRESERV** informou e evidenciou que procedeu às adequa es necessárias, de modo que as demonstra es contábeis passaram a apresentar, de forma consistente e comparável, os saldos iniciais e finais dos períodos, permitindo a adequada análise da evolu o patrimonial, orçamentária e financeira da entidade.

Adicionalmente, foi informado que foram adotadas rotinas internas de conferência e valida o das informa es contábeis previamente   publica o das demonstra es, bem como avaliados os recursos e parametriza es do sistema contábil utilizado, de forma a assegurar a correta evidencia o dos saldos e o atendimento contínuo aos requisitos normativos aplicáveis ao setor público.

Dessa forma, entendemos que a recomenda o anteriormente emitida foi acatada pela administra o, contribuindo para o fortalecimento da transparência, da confiabilidade das informa es contábeis e da governança do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu – **PRESERV**.

Ativo

Caixa e Equivalente de caixa

Analizamos as rubricas contábeis que compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentac o para aplicacão nas opera es do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - PRESERV** e para os quais não haja restri es para uso imediato.

Foram comparados os valores contábeis registrados na entidade com os saldos bancários disponíveis nas respectivas contas mantidas junto às institui es financeiras, verificando sua correta apropria o e a existência de possíveis divergências.

Os valores apurados na concilia o bancária da conta **Caixa e Equivalentes de Caixa** foram de **R\$ 2.624.553,84** (dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos), valores que correspondem a concilia o financeira analisada.

Investimentos e Aplica es Temporárias a Curto Prazo

A análise dos investimentos de 2024 foi conduzida com o objetivo de verificar a conformidade dos registros contábeis e a adequa o das aloca es financeiras, conforme os saldos apresentados nas contas bancárias e nos fundos de investimento. A seguir, são detalhados os investimentos

realizados no ano de 2024, destacando a distribui o dos recursos e a diferença entre o saldo escriturado e o valor total investido.

Os investimentos de 2024 totalizaram de **R\$ 20.499.004,93** (vinte milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, quatro reais e noventa e três centavos).

A partir da aplica o do teste de volching na composi o do saldo das contas de investimentos, verificamos a consistência entre os registros contábeis e a documenta o suporte, garantindo a correta apropria o dos valores.

Os saldos foram reconciliados com os extratos e demais comprovantes, não sendo identificadas divergências significativas que comprometam a fidedignidade das informa es.



Dessa forma, concluímos que os valores registrados refletem adequadamente a posição dos investimentos, em conformidade com os princípios contábeis e normativos aplicáveis.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de Minas Gerais (PCASP-MG), as contas "**Aplica es Temporárias**" (1.1.4.4.0.00.00) e "**Aplica o Financeira de Liquidez Imediata**" (1.1.1.1.1.50.00) têm finalidades distintas, relacionadas   natureza e ao prazo das aplica es financeiras realizadas pelo ente público.

Veja a diferença entre elas:

Aplica es Temporárias (1.1.4.4.0.00.00):

- **Grupo 1.1.4 – Ativo Não Circulante:** São investimentos que não se destinam   liquida o imediata e que permanecem aplicados por um período mais longo.
- **Finalidade:** Representa recursos aplicados pelo ente público que não possuem liquidez imediata, ou seja, não podem ser resgatados de forma instantânea sem perda significativa de valor.
- **Exemplo:** Aplica es financeiras de médio e longo prazo, como CDBs com vencimento superior a um ano, fundos de investimento de longo prazo ou títulos públicos adquiridos para manter por um período superior a 12 meses.

Aplica o Financeira de Liquidez Imediata (1.1.1.1.1.50.00):

- **Grupo 1.1.1 – Ativo Circulante:** Representa ativos que podem ser convertidos rapidamente em dinheiro.
- **Finalidade:** Registra aplica es financeiras de curtíssimo prazo, que podem ser resgatadas imediatamente sem perda de valor significativo.
- **Exemplo:** Aplica es em fundos de renda fixa de liquidez diária, contas remuneradas vinculadas ao Tesouro Direto, CDBs com liquidez diária e opera es compromissadas de curtíssimo prazo.

Resumo da Diferença entre as rubricas

Característica	Aplicações Temporárias (1.1.4.4.0.00.00)	Aplicação Financeira de Liquidez Imediata (1.1.1.1.1.50.00)
Classificação	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante
Liquidez	Baixa (resgate a longo prazo)	Alta (resgate imediato)
Prazo	Médio e longo prazo (acima de 12 meses)	Curto prazo (até 12 meses)
Exemplo	CDBs longos, títulos públicos de longo prazo	Fundos de liquidez diária, CDBs com liquidez imediata

Assim sendo, durante a auditoria dos demonstrativos contábeis da entidade, observamos que todas as aplicações financeiras estão sendo classificadas na conta **1.1.4.4.0.00.00 – Aplicações Temporárias**, independentemente da sua liquidez e do prazo de resgate. No entanto, conforme o **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de Minas Gerais (PCASP-MG)**, é fundamental que a classificação contábil reflita adequadamente a natureza dos ativos financeiros, garantindo a correta segregação entre ativos circulantes e não circulantes.

Dessa forma, recomendamos que a **PRESERV** realize uma análise detalhada de cada investimento registrado na conta **1.1.4.4.0.00.00**, considerando os seguintes critérios:

Liquidez e Disponibilidade de Resgate:

- Aplicações com **liquidez imediata** (exemplo: fundos de investimento de resgate diário, CDBs com liquidez diária, operações compromissadas) devem ser reclassificadas para **1.1.1.1.1.50.00 – Aplicação Financeira de Liquidez Imediata**.
- Aplicações com vencimento superior a 12 meses ou sem liquidez imediata devem permanecer na conta **1.1.4.4.0.00.00 – Aplicações Temporárias**.

Prazo das Aplicações:

- Caso a aplicação tenha vencimento inferior a **12 meses**, recomenda-se que seja classificada no ativo circulante.
- Se o vencimento for superior a **12 meses**, pode ser mantida no ativo não circulante.

☎ 061 3326 6563

☎ 061 99649 5009

✉ fabia@metropolesolucoes.com.br

🌐 www.metropolesolucoes.com.br

📍 SRTVN Qd. 701 conj.C nº 124 | Centro Empresarial Norte - Bloco B | Salas 515/517/519 - Asa Norte
CEP: 70.719-030 | Brasília - DF

Impacto na Demonstrac o Contábil:

- o A classifica o correta das aplica es auxilia na **transparência da posi o financeira**, evitando distor es na liquidez da entidade e melhorando a **gestão do fluxo de caixa**.

Assim sendo:

- ❖ **Recomendamos** a realiza o um levantamento detalhado das aplica es financeiras vigentes.
- ❖ **Recomendamos** segmentar as aplica es conforme os critérios de liquidez e vencimento.
- ❖ **Recomendamos** ajustar os registros contábeis conforme necessário, garantindo a aderência ao **PCASP-MG**.
- ❖ **Recomendamos** implementar um controle interno para a correta classifica o das novas aplica es financeiras.

Contas sem movimentac o

Observamos que no Balanço Patrimonial do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - PRESERV**, algumas contas como Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Ativo Biológico, e Produto Agrícola, além de VPD Pagas Antecipadamente, apresentam ausência de saldo.

Considerando que não houve movimentac o ou saldo inicial nas referidas contas durante o período auditado, não há impacto significativo nas demonstra es financeiras.

De acordo com as práticas contábeis, a não movimentac o e a ausência de saldos nas contas mencionadas dispensam sua evidência no balanço patrimonial, uma vez que não afetam a posi o financeira da entidade.

Portanto, entendemos que a não apresenta o de valores nestas contas não gera distor es nas demonstra es contábeis, e a ausência de saldo nas referidas rubricas não exige ajustes ou evidência adicional.

Realizável a longo prazo

Durante nossa auditoria, realizamos a análise da rubrica referente aos parcelamentos previdenciários com o **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - PRESERV**, que inclui valores devidos pela Prefeitura, Fundo de Saúde e Câmara Municipal.

A composi o do saldo dessa rubrica foi realizada tomando como base os controles internos da entidade, os quais apresentam uma visão consolidada dos parcelamentos em andamento.

Para fundamentar a conformidade dos parcelamentos, também realizamos uma análise da **Lei 2384/2001**, que serve de base legal para a opera o desses parcelamentos previdenciários. A referida lei estabelece as diretrizes para o pagamento parcelado das contribui es previdenciárias e define as condi es para sua regulariza o, oferecendo respaldo legal para as práticas adotadas pela entidade.

Adicionalmente, realizamos um teste de **vouching**, verificando os contratos de parcelamento para confirmar a regularidade dos pagamentos e a constitui o dos saldos realizados e a realizar.

Através dessa análise, foi possível constatar que os parcelamentos foram cumpridos conforme os termos estabelecidos, sem evidências de inadimplemento relevante.

Pontuamos que as **Notas Explicativas** da entidade apresentam a constitui o de **Provisão para Créditos de Liquida o Duvidosa (PCLD)**, fundamentada no inadimplemento dos últimos três anos. No entanto, após a análise, concluímos que não há necessidade de constitui o dessa provisão, uma vez que os parcelamentos estão sendo quitados conforme acordado.

Além disso, as rela es entre entidades públicas, como   o caso dos parcelamentos mencionados, geralmente apresentam ciclos financeiros mais longos, o que reduz o risco de inadimplemento.

Em razão do cumprimento regular dos parcelamentos e do perfil das transações entre as entidades públicas, entendemos que a constituição da **PCLD** não se justifica neste contexto, e não há distorções significativas nas demonstrações contábeis relacionadas a este item.

Ativo Imobilizado

Analisamos a composição da rubrica que compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Como parte dos procedimentos de auditoria, realizamos a análise do **ativo imobilizado** da entidade, com o objetivo de verificar a correta evidenciação e controle dos bens patrimoniais registrados nas demonstrações contábeis.

Os resultados indicaram que a entidade mantém registros adequados dos bens, com identificação patrimonial compatível com os valores informados nos demonstrativos contábeis.

Eventuais divergências encontradas foram analisadas e reportadas para ajustes, quando necessário.

Passivo

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo / Demais obrigações a curto prazo

Durante o processo de auditoria, realizamos a revisão das rubricas Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo do passivo, com o objetivo de verificar a integridade e a conformidade dos saldos apresentados.

Primeiramente, revisamos o relatório de restos a pagar da entidade, com o intuito de confirmar as obrigações registradas. A partir dessa análise, buscamos os documentos comprobatórios que validam o fato gerador das obrigações, como contratos, notas fiscais, ordens de pagamento e outros documentos pertinentes. Isso permitiu assegurar que as obrigações representadas nas rubricas são devidas e correspondem a compromissos efetivamente contraídos pela entidade.

Após essa verifica o, podemos atestar que os saldos registrados nas contas de fornecedores e demais obriga es a curto prazo são apresentados de forma integral e condizente com os documentos comprobatórios analisados. Não foram identificadas distor es significativas ou omissões que comprometam a apresenta o das obriga es de curto prazo no passivo.

Dessa forma, concluímos que as rubricas em questão estão em conformidade com as normas contábeis aplicáveis e refletem adequadamente as obriga es da entidade com base nas informa es e documentos disponíveis.

Obriga es trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto e longo prazo

Durante o processo de auditoria, revisamos as rubricas relacionadas às Obriga es Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto e Longo Prazo, com o objetivo de verificar a correta apropria o e contabiliza o das obriga es da entidade.

Foi verificado o registro nas folhas de pagamento de recursos humanos, constatando que as obriga es trabalhistas foram apropriadas de acordo com os proventos líquidos, considerando os descontos legais e os encargos sociais. Além disso, foi confirmada a apropria o e pagamento das obriga es fiscais e previdenciárias de acordo com as normativas aplicáveis.

Entretanto, durante a análise, observamos uma prática recorrente da entidade de **realizar o pagamento de suas obriga es trabalhistas ainda dentro do mês**, ou seja, antes do fechamento do período contábil.

Esse procedimento levanta uma questão relevante em rela o ao tratamento contábil das despesas com salários. Se considerarmos que o fato gerador do pagamento de salários   o cumprimento do período aquisitivo do funcionário (geralmente o mês de trabalho), realizar o pagamento antes do fechamento do mês poderia, em alguns casos, ser reconhecido diretamente como despesa do mês em que o pagamento   efetuado.

No entanto, cabe uma análise mais detalhada sobre o reconhecimento contábil. Caso o pagamento seja efetuado antes do encerramento do mês de competência, seria adequado reconhecer o valor

diretamente como despesa no mês em curso? Ou, alternativamente, o valor deveria ser inicialmente reconhecido como ativo (adiantamento de pagamento) e, no mês subsequente, reclassificado como despesa, quando o fato gerador (a presta o de serviços no mês de competência) for efetivamente consumado?

A prática de registrar diretamente como despesa no momento do pagamento pode ser considerada **adequada**, desde que haja um controle interno eficiente que assegure que o pagamento corresponde a obriga es relativas ao mês de competência. Contudo, considerando que o pagamento antecipado pode não refletir com precisão o período em que o serviço foi prestado (especialmente se realizado nos últimos dias do mês), seria recomendável adotar o reconhecimento como ativo (adiantamento), com posterior reclassifica o para despesa no mês subsequente, quando o fato gerador da despesa for definitivamente consumado.

Em nossa opinião, a prática de realizar o pagamento antes do fechamento do mês pode ser revista para garantir maior aderência ao princípio contábil da competência.

Embora o reconhecimento direto como despesa seja uma prática comum em muitas entidades;

- ❖ **Recomendamos** que o reconhecimento antecipado como ativo (adiantamento) seja adotado, seguido de sua reclassifica o no mês subsequente, para garantir uma adequada correspondência entre a competência da despesa e o pagamento efetuado.

Isso assegura maior conformidade com os princípios contábeis e melhora a qualidade das informa es contábeis.

Provisões a Longo Prazo (Déficit Atuarial)

Analisamos as rubricas contábeis que compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos contribuintes, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 15 – Benefícios a Empregados, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quanto ao conteúdo específico de RPPS, destaca a necessidade do reconhecimento do passivo atuarial e sua evidenciac o no Balanço Patrimonial, em atendimento ao regime de competência.

Para demonstrar a real situa o patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), como entidade contábil, deve-se seguir a regulamentac o realizada pelos normativos da Secretaria de Previdência, especificamente quanto a reservas matemáticas previdenciárias e suas respectivas provisões.

Pontuamos que a metodologia de cálculo e a constituic o das provisões matemáticas são objeto de normativos próprios da Secretaria de Previdência Social.

Análise do Patrim nio Líquido e Concilia o com as Demonstra es Contábeis

A presente análise tem por objetivo verificar a coerência, a consistência e a transparência das informa es contábeis relacionadas ao Patrim nio Líquido do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu – PRESERV**, considerando o Balancete de Verificac o de encerramento do exercício de 2024, a Demonstrac o das Varia es Patrimoniais – DVP e o Balanço Patrimonial apresentados pela entidade.

No exercício anterior, havia sido apontada inconsistência decorrente da ausência de adequada concilia o entre o resultado evidenciado na **DVP** e os saldos apresentados no balancete de verificac o, especialmente no que se refere   movimentac o do Patrim nio Líquido.

Na presente análise, verificamos que o balancete de encerramento passou a evidenciar, de forma detalhada, as varia es ocorridas ao longo do exercício, permitindo a adequada identificac o da forma o do resultado patrimonial.

Conforme demonstrado no balancete, o Patrim nio Líquido apresentou saldo inicial de **R\$ 517.798.044,92** (quinhentos e dezessete milhões, setecentos e noventa e oito mil, quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos) e saldo final de **R\$ 74.695.558,89** (setenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos), refletindo as varia es patrimoniais ocorridas no exercício, devidamente registradas nas contas de resultados acumulados e ajustadas pelas varia es patrimoniais aumentativas e diminutivas.

A redu o do Patrim nio Líquido no período está diretamente relacionada, principalmente, ao reconhecimento contábil das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, registradas no Passivo Não Circulante, cujo saldo final atingiu **R\$ 981.129.899,51** (novecentos e oitenta e um milhões, cento e vinte e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), bem como ao registro das varia es patrimoniais diminutivas decorrentes da constitui o de provisões atuariais, conforme evidenciado na Demonstr o das Varia es Patrimoniais.

Observamos que as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo totalizaram **R\$ 977.503.410,95** (novecentos e setenta e sete milhões, quinhentos e três mil, quatrocentos e dez reais e noventa e cinco centavos), refletindo o impacto do cálculo atuarial do plano de benefícios, em consonância com a Avalia o Atuarial vigente e com as disposi es da **Portaria MTP n  1.467/2022**.

Nesse contexto, o Patrim nio Líquido do **PRESERV** deve ser analisado sob a  tica do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – **RPPS**, uma vez que o reconhecimento das obriga es atuariais evidencia a rela o entre os ativos garantidores e as provisões matemáticas do plano.

O déficit atuarial registrado não representa, por si só, insuficiência de caixa no curto prazo, mas sim a necessidade de manuten o e acompanhamento contínuo das medidas de equacionamento adotadas pelo Ente Federativo.

De acordo com o   1  do art. 2  da Lei n  9.717/1998 e com o art. 55 da Portaria MTP n  1.467/2022, a responsabilidade pela cobertura dos déficits financeiros e pelo equacionamento dos déficits atuariais   do Ente Federativo, devendo ser assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS ao longo do tempo. Conforme evidenciado nas



Notas Explicativas e nos registros contábeis, o **PRESERV** vem contabilizando os créditos vinculados à amortização do déficit atuarial, bem como os aportes financeiros previstos em legislação específica.

Dessa forma, concluímos que, no exercício de 2024, as informações relativas ao Patrimônio Líquido passaram a refletir adequadamente as variações patrimoniais ocorridas, estando os registros contábeis conciliados com o balancete de verificação, a DVP e o Balanço Patrimonial.

Ajustes de exercícios anteriores

A conta "Ajustes de Exercícios Anteriores" tem sido utilizada para registrar compensações com a conta de superávit ou déficit do exercício anterior.

Durante a auditoria, foi observado que tais ajustes impactam diretamente as demonstrações contábeis e a transparência na apuração dos resultados contábeis da entidade.

No entanto, não foi possível confirmar se os lançamentos realizados nessa conta estão em conformidade com a NBC TSP 23, que trata de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Analisamos os registros contábeis relacionados à conta "Ajustes de Exercícios Anteriores", buscando identificar a natureza dos ajustes e a documentação de suporte para as correções efetuadas.

Os principais procedimentos adotados foram:

- Verificação das notas explicativas e dos relatórios contábeis para identificar a justificativa dos ajustes.
- Análise dos critérios utilizados para classificar os ajustes como alterações de políticas contábeis, mudanças em estimativas ou retificação de erro.
- Conferência da regularidade e da base documental que fundamenta os ajustes registrados.

- **Mudanças em Políticas Contábeis** devem ser aplicadas retroativamente, salvo impossibilidade prática, e divulgadas nas notas explicativas.
- **Mudanças em Estimativas Contábeis** são reconhecidas prospectivamente, impactando apenas os exercícios futuros.
- **Retifica o de Erros** deve ser aplicada retroativamente, corrigindo as demonstra es contábeis dos períodos afetados e informando os efeitos da corre o.

Contudo, observamos que os ajustes registrados na conta "Ajustes de Exercícios Anteriores" não apresentam a devida segrega o entre esses três tipos de ajustes, impossibilitando uma avalia o precisa sobre a adequa o   norma contábil aplicável.

Considerando a relevância dessa conta para a fidedignidade das informa es contábeis,

- ❖ **Recomendamos** que a administra o do Instituto de Previdência implemente controles mais rigorosos para a correta classifica o e documenta o dos ajustes registrados. Além disso, sugerimos que os registros sejam revisados para garantir que a aplica o dos critérios da NBC TSP 23 esteja em conformidade, com divulga o adequada nas notas explicativas das demonstra es financeiras.

Outros assuntos de auditoria

Processos de Compras e licita es

Avaliamos o relatório das compras realizadas no ano 2024 pela **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - PRESERV**, e todos os processos foram realizados em conformidade com a legisla o vigente.

Licitat es

O objetivo desta auditoria foi comprovar o cumprimento de todos os critérios legais nas fases do pregão eletr nico, desde a publica o do edital até a execu o do contrato, conforme as disposi es da Lei n  14.133/2021.



Foi verificado que os editais dos pregões analisados estavam em conformidade com a Lei n  14.133/2021, contendo descri o clara do objeto da licita o, prazos adequados para apresenta o das propostas, requisitos de habilita o, condi es de pagamento e execu o.

As propostas apresentadas pelos licitantes foram analisadas para verificar o cumprimento dos critérios de julgamento definidos no edital, garantindo que n  houvesse propostas com preços inexecu veis, sendo que, n  foram identificadas inconsistências nos critérios de julgamento ou na aceita o das propostas.

Foi verificado que todos os licitantes habilitados atenderam aos critérios estabelecidos no edital e apresentaram a documenta o exigida.

N  foram identificadas desclassifica es indevidas ou sem fundamenta o legal.

A auditoria confirmou que a fase de lances foi conduzida conforme as regras estabelecidas no edital e na Lei n  14.133/2021.

As atas de julgamento dos pregões analisados continham informa es completas sobre a análise das propostas e os lances realizados, assim como, verificamos que as decisões de adjudica o foram devidamente justificadas e documentadas.

Os contratos analisados foram celebrados conforme as condi es estabelecidas nos editais dos respectivos pregões e todos os contratos continham cláusulas que atendem aos requisitos da Lei n  14.133/2021, incluindo prazo de execu o, penalidades e garantias.

Após a análise dos processos de pregão eletr nico mencionados, verificamos que o departamento de licita o cumpriu os critérios legais em todas as fases do certame. A transparência, a regularidade documental e a conformidade com a Lei n  14.133/2021 foram observadas nos processos auditados.

Compras

O presente trabalho teve como objetivo verificar se os contratos celebrados por meio de dispensa de licita o cumprem com os critérios legais e estão em conformidade com a legisla o vigente, notadamente a Lei n  14.133/2021.

Foram selecionados os seguintes processos de dispensa de licita o realizados nos anos de 2024.

Foram analisadas as justificativas apresentadas para a dispensa de licita o, confirmando sua adequa o aos dispositivos da Lei n  14.133/2021.

Identificamos que as principais justificativas se basearam nos critérios legais de dispensa, tais como baixo valor, urgência na aquisi o e a especificidade do objeto contratado.

Foram analisados os processos administrativos relativos às dispensas, confirmando a existência dos seguintes documentos obrigatórios:

- Termo de ratifica o da dispensa;
- Análise de conveniência e oportunidade;
- Parecer jurídico favorável;
- Documenta o da empresa contratada e regularidade fiscal.

Foi realizada a verifica o dos contratos celebrados, assegurando que os instrumentos contratuais possuíam as cláusulas obrigatórias previstas na Lei n  14.133/2021, incluindo:

- Descri o clara do objeto contratado;
- Prazos de execu o e pagamento;
- Penalidades para inadimplências;
- Responsabilidades das partes.

Foi verificado se os valores contratados por dispensa estavam dentro dos limites legais, especialmente para dispensas por valor, garantindo a observância da sustentabilidade financeira das contrata es.

Com base nas análises realizadas, verificamos que os processos de dispensa de licita o auditados estavam, em sua maioria, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis.

- ❖ **Recomendamos**, no entanto, o aprimoramento dos registros de fiscaliza o da execu o contratual e da documenta o comprobatória da conveniência e oportunidade das contrata es.

Processo de aprova o de benefícios

O objetivo desta auditoria foi verificar se os benefícios concedidos pelo **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - PRESERV** estão em conformidade com a legisla o vigente e com as normas internas do RPPS, garantindo a correta aplica o das regras previdenciárias e a transparência nos processos de concessão de aposentadorias e pensões.

Foi realizada a sele o de uma amostra dos processos de aposentadoria e pensão concedidos no exercício de 2024.

A análise dos processos auditados demonstrou que não foram identificadas distor es ou inconformidades relevantes.

Foram verificados os processos administrativos relacionados   concessão dos benefícios, com foco nos seguintes aspectos:

- Existência e regularidade de todos os documentos exigidos para a concessão;
- Correta apura o do tempo de contribui o dos beneficiários;
- Conferência da data da aposentadoria em rela o   legisla o vigente no momento da concessão.

A auditoria revisou a base de cáculo utilizada para a defini o dos valores dos benefícios concedidos, bem como a correta aplica o:

- Dos  ndices de reajuste;
- De eventuais redutores, conforme normativos aplicáveis.

A verificação dos atos administrativos indicou que os processos estavam devidamente assinados por autoridades competentes e que todos os atos de concessão contavam com parecer jurídico e aprovação pelo órgão gestor.

Sobre os Procedimentos de Compensação Previdenciária (**COMPREV**), os procedimentos relacionados à compensação previdenciária foram analisados para verificar e os períodos de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) foram corretamente informados ao INSS e se os valores compensados estavam devidamente registrados e consistentes com os cálculos apresentados.

Com base nos procedimentos realizados, concluímos que os benefícios concedidos pelo Instituto de Previdência estão em conformidade com a legislação vigente e com as normas internas do RPPS.

Os processos auditados demonstraram adequado controle documental, correto cálculo dos benefícios e cumprimento dos requisitos legais e regulatórios.

Avaliação Atuarial e Equilíbrio Financeiro e Atuarial do RPPS

No curso dos trabalhos de auditoria, analisamos a Avaliação Atuarial do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu – PRESERV**, referente ao exercício de 2025, com data focal em 31 de dezembro de 2024, elaborada em conformidade com a legislação vigente aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial a Lei nº 9.717/1998 e a Portaria MTP nº 1.467/2022.

A Avaliação Atuarial teve por objetivo dimensionar a situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios, considerando a base cadastral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, bem como as premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas, sendo a responsabilidade pela veracidade das informações cadastrais atribuída à administração do **PRESERV**.

Conforme evidenciado no estudo atuarial, foi apurado um déficit atuarial no valor de **R\$ 662.919.905,45** (seiscentos e sessenta e dois milhões, novecentos e dezenove mil, novecentos e cinco reais e quarenta e cinco centavos), decorrente da insuficiência dos ativos garantidores frente às provisões matemáticas do plano.

Em atendimento às disposições normativas, o Ente instituiu plano de equacionamento do déficit atuarial por meio de aportes financeiros, formalizado por legislação municipal específica, cujo valor presente foi reconhecido no estudo atuarial.

Após o reconhecimento do plano de amortização do déficit, a Avaliação Atuarial demonstrou equilíbrio técnico atuarial, evidenciando que, sob a  tica atuarial, as medidas adotadas são suficientes para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, desde que mantidas as condições e premissas consideradas no estudo.

Ressaltamos, contudo, que a Avaliação Atuarial consignou limitações relacionadas   qualidade da base cadastral, notadamente quanto   ausência de informações completas de tempo de contribuição anterior para parcela relevante dos participantes, circunstância que demandou a adoção de premissas atuariais substitutivas.

Embora tais premissas estejam em conformidade com a **Portaria MTP n  1.467/2022**, recomendamos que a administração do **PRESERV** continue promovendo o saneamento cadastral, com vistas ao aprimoramento da fidedignidade das avaliações futuras.

De modo geral, a análise realizada indica que o **PRESERV** vem adotando providências compatíveis com o arcabouço normativo aplicável aos **RPPS**, especialmente no que se refere   realização tempestiva da Avaliação Atuarial anual e   implementação de medidas para o equacionamento do déficit atuarial, contribuindo para a transparência, a sustentabilidade do regime e o fortalecimento da governança previdenciária.

Conclusão

Considerando as evidências de auditoria e tudo que foi explanado neste Relatório de Auditoria, **concluímos** que as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024 do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais – PRESERV**, exceto pelas ressalvas, que compreendem o Balanço Patrimonial – **BP**, Balanço Financeiro – **BF**, Balanço Orçamentário – **BF**, Demonstração do Fluxo de Caixa – **DFC** e a Demonstração das Variações Patrimoniais - **DVP** e as Notas Explicativas – **NE** apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - PRESERV** em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações.



F bia Marques Braga

CRC: 013977/DF

METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S. CNPJ:
43.384.179/0001-30

CNAI-PJ: 000287

CRC: 003374

CVM: 013277



Reinaldo Santos Oliveira Júnior CRC: 006350/SE

METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S. CNPJ:
43.384.179/0001-30

CNAI-PJ: 000287

CRC: 003374

CVM: 013277



José Marcos Mota Bezerra Júnior.

CRC DF- 028585/O-8.

CNAI 9206